

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, verifique se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 40 (QUARENTA) questões objetivas está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D e E**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
5. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
6. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de **tinta preta ou azul**. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. **Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.**
7. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
8. **Os aparelhos celulares devem ser desligados e devem ser colocados sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala, dentro do saco plástico ou qual não poderá ser aberto pelo candidato, caso o candidato abrir a sacola durante a prova será desclassificado.**
9. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de 3 (três) horas a partir do início da prova.
10. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
11. O candidato, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 30 (trinta) minutos após o início de sua realização, não podendo levar o caderno de provas, sob pena de eliminação. Após o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos de prova, o candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno de prova.
12. Os dois últimos candidatos de cada sala ficam retidos para assinarem, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
13. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto base para as questões 01 a 05:

Fragmento do texto “Discurso de ódio promove discriminação e até violência; entenda”, de Paula Rodrigues de Ecoa, publicado em 01/02/2022

Liberdade de expressão justifica o discurso de ódio?

Boa parte dos discursos de ódio nos dias atuais tem sido justificada pela liberdade de expressão, que é um direito constitucional de qualquer cidadão ou cidadã brasileira. Na Constituição está lá: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

O mesmo diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Só que existem outros artigos nos dois documentos que também garantem a liberdade de cada um exercer sua religião, ou que nenhum ser humano deve ser discriminado pela cor da pele, por exemplo. Na prática, isso significa que certos discursos e ações não podem ferir esses outros direitos.

“Tem até um slogan importante que diz: liberdade de expressão não significa liberdade de ódio. A pessoa pode até odiar, mas não pode expressar esse ódio. No momento em que ela expressa o ódio, ela está assumindo uma responsabilidade inclusive legal de responder por isso, porque nós temos uma Constituição que diz que todos somos iguais perante a Lei”, diz Jaqueline.

Fonte: www.uol.com.br

01. Assinale a alternativa CORRETA, considerando o conteúdo do texto.

A.	Nem todos os discursos de ódio proferidos atualmente são justificados a partir do argumento da liberdade de expressão.
B.	A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal apresentam definições contrárias no que se refere à liberdade de expressão.
C.	A autora do texto defende que não pode haver qualquer restrição em relação à liberdade de expressão, uma vez que esta deve ser garantida “sem interferência” (2º parágrafo).
D.	A autora avalia que os dois documentos citados apresentam incoerência entre si, o que fica evidente no uso da expressão contrajuntiva “só que” (3º parágrafo).
E.	Segundo o texto, a liberdade de expressão é um direito garantido apenas às cidadãs e aos cidadãos brasileiros.

02. Considerando o conteúdo do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

A.	Faltam informações para que o leitor saiba quem é Jaqueline, citada no 4º parágrafo, lacuna esta que provavelmente não ocorre quando se lê o texto integralmente.
B.	Pelo conteúdo do texto apresentado, é possível concluir que é negativa a resposta à pergunta que intitula a seção.
C.	Justificar o discurso de ódio com base no argumento de que existe a liberdade de expressão é uma atitude recorrente na sociedade brasileira.
D.	Segundo Jaqueline, a responsabilidade só pode ser imputada à pessoa que expressa conteúdo de ódio no momento de sua ocorrência.
E.	Segundo Jaqueline, uma pessoa pode responder judicialmente, caso seja acusada de proferir discurso de ódio, pois estaria contrariando a Constituição.

03. Considerando os elementos linguísticos do texto, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	No 4º parágrafo, a primeira ocorrência da expressão “até” poderia ser substituída, sem prejuízo do sentido do texto, por ‘inclusive’.
B.	Os dois pontos, no 4º parágrafo, poderiam ser substituídos pela conjunção integrante ‘que’, mantendo-se o sentido do texto.
C.	A expressão “O mesmo” (2º parágrafo) retoma o que foi dito no parágrafo anterior, evitando a repetição do conteúdo.
D.	O pronome indefinido “Toda” (2º parágrafo) poderia ser substituído, sem prejuízo do sentido, por ‘qualquer’.
E.	A exclusão da expressão adverbial “Na prática” (3º parágrafo) resultaria em prejuízo significativo no sentido do texto, levando o leitor à interpretação inadequada da mensagem.

04. Assinale a alternativa cuja reescrita manteria o sentido deste período: “A pessoa pode até odiar, mas não pode expressar esse ódio” (4º parágrafo).	
A.	A menos que tenha ódio, a pessoa não pode expressá-lo.
B.	Ainda que sinta ódio, a pessoa não pode expressá-lo.
C.	Desde que tenha ódio, a pessoa não pode expressá-lo.
D.	Porque sente ódio, a pessoa não pode expressá-lo.
E.	À proporção que sente ódio, a pessoa não pode expressá-lo.

05. Assinale a alternativa CORRETA, considerando os elementos do texto.	
A.	Observa-se interferência da oralidade na escolha da expressão “Na Constituição está lá:”, no 1º parágrafo, e do verbo ‘ter’, no início do 4º parágrafo.
B.	O verbo ‘ter’, no 1º período do texto, deveria, necessariamente, ter sido grafado com acento circunflexo, uma vez que precisa concordar com ‘discursos’, que é núcleo do sujeito.
C.	No 1º parágrafo, falta uma vírgula após a conjunção ‘e’ no fragmento “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação”.
D.	No 2º parágrafo, a expressão “O mesmo” é o sujeito do verbo ‘dizer’, e “a Declaração Universal dos Direitos Humanos” é complemento desse verbo.
E.	A expressão adverbial “sem interferência” (2º parágrafo) poderia ser transferida para a posição imediatamente posterior ao verbo ‘incluir’, sem que isso gerasse alteração de sentido do texto.

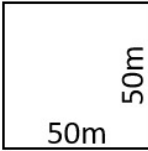
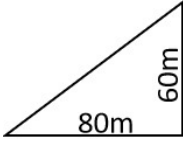
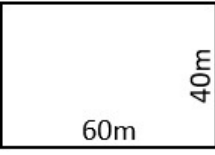
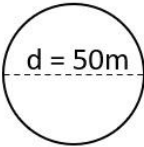
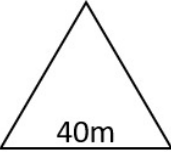
RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

06. Luiz pediu um presente de Natal no ano passado. Como não ganhou o presente desejado, pediu o mesmo presente este ano. Nesse período, esse presente sofreu um reajuste de preço e ficou 20% mais caro. Uma loja está oferecendo, este ano, 10% de desconto para compras à vista. Qual será o preço para comprar esse presente esse ano à vista?	
A.	2% mais caro do que no ano passado.
B.	4% mais caro do que no ano passado.
C.	6% mais caro do que no ano passado.
D.	8% mais caro do que no ano passado.
E.	10% mais caro do que no ano passado.

07. O salário de Adão é o quádruplo do salário de Bernardo. Se Bernardo precisa receber 4 salários para ter o mesmo valor que Carlos recebe em 3 salários, qual é o salário de Carlos?

A.	Metade do salário de Adão.
B.	O dobro do salário de Bernardo.
C.	Um salário e meio de Bernardo.
D.	25% do salário de Adão.
E.	$\frac{4}{19}$ do somatório dos salários dos três.

08. Uma pessoa vai ganhar um terreno de presente de casamento. Ela tem 5 opções para escolher qual ela deseja. Ela escolhe o terreno com a maior área. Qual das alternativas a seguir ela escolheu?

A.	<p>Área quadrada com 50m de lado</p> 
B.	<p>Área de um triângulo retângulo de base 80m e comprimento 60m</p> 
C.	<p>Área retangular com 40m de frente e 60m de profundidade</p> 
D.	<p>Área circular com 50m de diâmetro</p> 
E.	<p>Área triangular de lados iguais com 40m de lado</p> 

09. Em uma fábrica, 3 funcionários trabalham 4 horas por dia para realizar determinada função. Na semana em que um dos 3 funcionários sai de férias, quantas horas os outros 2 vão precisar trabalhar para realizar a mesma função?

A.	4 horas e 30 minutos
B.	5 horas
C.	6 horas
D.	8 horas
E.	10 horas

10. Dada a sequência numérica 1, 1, 2, x, 5, 8, y, 21... Qual é o valor de x e de y?	
A.	$x = 2$ e $y = 11$
B.	$x = 2$ e $y = 14$
C.	$x = 3$ e $y = 12$
D.	$x = 3$ e $y = 13$
E.	$x = 5$ e $y = 18$

ÉTICA, CIDADANIA E POLÍTICA

<p>11. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se abre tratando de garantias fundamentais, como o direito à Vida e à Saúde. No Art. 7º, lê-se: “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.” A intenção do legislador se desdobra no artigo seguinte: “É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.” (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).</p> <p>Considerando o precedente, indique a alternativa CORRETA:</p>	
A.	Segundo o ECA, as políticas de saúde da gestante cabem exclusivamente a Planos de Saúde privados.
B.	Os direitos fundamentais da criança e do adolescente consignados no ECA não dizem respeito a pais e mães, porque estes são adultos.
C.	O ECA não envolve o SUS, gerido pelo Ministério da Saúde.
D.	Os direitos fundamentais da criança, no Brasil, segundo a lei, incluem planejamento e execução de políticas públicas para atendimento à mulher também após o parto.
E.	O planejamento reprodutivo diz respeito à intimidade pessoal e à vida dos casais; por isso, ficam excluídas do ECA políticas públicas sobre esse tópico.

<p>12. O trabalho é protegido constitucionalmente, no Brasil, entre muitos outros itens, pela determinação da existência do salário-mínimo do trabalhador, “fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo” (Constituição da República Federativa, Art. 7º, IV). A partir disso, assinale a alternativa INCORRETA:</p>	
A.	A previdência social deve, constitucionalmente, ser incluída no poder de compra fixado em lei como mínimo salarial nacional.
B.	Defesa do trabalho e fixação de salário-mínimo se conectam, na Constituição brasileira.
C.	Reajustes periódicos do salário-mínimo não dependem da vontade de governantes, porque são exigidos constitucionalmente.
D.	Necessidades vitais básicas da família de cada trabalhador são contempladas, na Constituição brasileira, pela determinação da existência do salário-mínimo.
E.	O salário-mínimo, no Brasil, varia entre os estados, por depender de decisões locais, mas deve ser “fixado em lei”.

13. A Lei federal 8.213, em seu art. 19, aponta (em redação dada pela Lei Complementar n. 150, de 2015): “Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”. Com base nisso, é CORRETO afirmar:	
A.	Se o empregador deixa de responsabilizar-se por acidente de trabalho de seu empregado, está amparado pela Lei 8.213 para assim eximir-se.
B.	Acidente ocorrido fora da atividade laboral e não em decorrência desta deve ser tomado como acidente de trabalho.
C.	Perda de capacidade laboral temporária, em decorrência da atividade de trabalho, é considerada acidente de trabalho.
D.	Perda de capacidade laboral temporária, em decorrência da atividade de trabalho, não é considerada acidente de trabalho.
E.	Sinistros ocorridos previamente à contratação do empregado caem sob a responsabilidade do empregador.

14. Segundo a Parte Especial do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 86, é CORRETO afirmar:	
A.	Um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios constitui a política de atendimento a crianças e adolescentes, segundo o ECA.
B.	A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente deve fazer-se exclusivamente por meio de ações dos estados.
C.	A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente deve fazer-se exclusivamente por meio de ações da União.
D.	O ECA é omissivo quanto à política de atendimento a adolescentes, concentrando-se na atenção às crianças.
E.	Por residirem em municípios, crianças devem ser atendidas, politicamente, de modo exclusivo pelos municípios.

15. No §1º do artigo 41 da Constituição da República Federativa do Brasil, afirma-se: “O servidor público estável só perderá o cargo: I–em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II–mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III–mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.” O §3º. do mesmo artigo, por sua vez, aponta: “Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo”. Disso, decorre ser CORRETO afirmar:	
A.	O servidor público estável, aproveitado em outro cargo devido à desnecessidade do anteriormente ocupado, fica permanentemente livre de perder o novo cargo após trânsito em julgado de sentença judicial.
B.	A estabilidade nos cargos dos servidores públicos é restrita e cargos podem ser extintos.
C.	Cargos ocupados por servidores públicos estáveis não podem ser extintos.
D.	Todos os servidores públicos estáveis postos em disponibilidade recebem a mesma remuneração.
E.	Avaliações periódicas de desempenho anulam sentenças judiciais transitadas em julgado, para perda de cargo de servidores públicos estáveis.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Um secretário da escola recebeu, por e-mail, um arquivo com a extensão .xlsx e outro com a extensão .pptx. Quais programas, respectivamente, serão necessários para visualizar o conteúdo desses arquivos?	
A.	Excel e Word.
B.	Chrome e Excel.
C.	Firefox e Photoshop.
D.	Excel e Power Point.
E.	Word e Power Point.

17. Sobre configuração e operação do sistema operacional Microsoft Windows 10, é CORRETO afirmar:	
A.	Um arquivo não pode ser copiado para uma partição diferente no Windows 10. Por exemplo, não é possível copiar um arquivo da unidade C: para a unidade D:.
B.	Para melhorar o desempenho de um sistema com Windows 10, uma das ações de manutenção a se fazer é fragmentar o disco rígido.
C.	Por padrão, o Windows Update checa automaticamente as novas atualizações do sistema. Por questões de segurança, não é possível desativar as atualizações automáticas no Windows 10.
D.	Ao excluirmos um arquivo, ele é enviado para a Lixeira, e, dessa forma, não é possível recuperá-lo, caso seja excluído acidentalmente.
E.	A ferramenta Limpeza de Disco é capaz de eliminar caches de navegação, arquivos temporários do sistema, logs de erros, arquivos esquecidos na Lixeira ou na pasta Download, e também arquivos de atualizações do sistema, que o Windows 10 não mais utiliza após os updates.

18. Sobre o hardware de microcomputadores, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	A memória RAM é uma memória de acesso aleatório e também volátil.
B.	Intel Core i7 refere-se a um tipo de processador.
C.	Interfaces de entrada e saída são portas de comunicação para o mundo externo, às quais estão conectados os dispositivos e periféricos.
D.	Os discos rígidos não contêm componentes mecânicos com peças móveis.
E.	A placa-mãe é a parte do computador responsável por conectar e interligar todos os componentes, ou seja, processador com memória RAM, disco rígido, placa gráfica, entre outros.

19. Sobre os navegadores de Internet Mozilla Firefox e Google Chrome, assinale a alternativa INCORRETA:	
A.	No navegador Firefox, a navegação privativa funciona deixando você navegar em uma janela privativa sem salvar senhas, cookies e histórico de navegação.
B.	No Firefox e no Chrome, para criar um favorito para uma página web, pode-se clicar na estrela na barra de endereços. Essa ação abre um painel, pelo qual o usuário pode, opcionalmente, realizar algumas configurações do favorito e salvá-lo.
C.	No navegador Firefox, ao pressionar as teclas de atalho Ctrl + f, será exibida uma barra que apresenta o histórico de navegação. No Chrome, esse mesmo atalho abre a página de downloads em uma nova guia.
D.	No modo visitante do Google Chrome, você não verá nem mudará as informações de outros perfis do Chrome. Ao sair do modo visitante, sua atividade de navegação é excluída do computador.
E.	O Firefox possui um recurso para capturar partes visíveis de páginas web, ou até páginas completas, e copiar ou salvar essas imagens. Para capturar uma tela, deve-se clicar com o botão direito do mouse e selecionar a opção “Capturar tela”.

20. Sobre antivírus, assinale a alternativa CORRETA.	
A.	Os softwares antivírus não são necessários em dispositivos móveis, como celulares e tablets, que têm proteção nativa implementada em hardware.
B.	A quarentena é um local criptografado que serve para armazenar arquivos sob suspeita que podem apresentar algum tipo de malware ainda não reconhecido pelo antivírus. Assim, caso haja alguma ameaça, o arquivo não poderá infectar o sistema operacional do aparelho.
C.	Um usuário que tenha instalado em seu computador um antivírus pode substituí-lo por um firewall pessoal sem prejuízo à sua segurança, porque esse aplicativo possui recursos que bloqueiam os vírus que podem chegar ao computador via rede ou Internet.
D.	A atualização do software antivírus instalado no computador do usuário de uma rede de computadores deve ser feita apenas quando houver uma nova ameaça de vírus anunciada na mídia ou quando o usuário suspeitar da invasão de sua máquina por um hacker.
E.	Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

CONHECIMENTOS DO CARGO

21. Trata-se de um ato normativo secundário, que não pode ir contra a Constituição Federal e tem como fonte principal de inspiração as leis. Expedido por via judicial por autoridade competente. Mesmo que impacte diretamente sobre aqueles para os quais foi idealizado, não chega a ter natureza jurídica de lei. A qual das alternativas a seguir se refere essa definição?

A.	Petição.
B.	Decreto.
C.	Portaria.
D.	Resolução.
E.	Requerimento.

22. Conforme a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei:

A.	a pessoa até treze anos de idade completos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.
B.	a pessoa até treze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.
C.	a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
D.	a pessoa até dez anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
E.	a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

23. Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, EXCETO:

A.	I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
B.	IX - Garantia de padrão de qualidade.
C.	X - Valorização da experiência escolar formal.
D.	VII - Valorização do profissional da educação escolar.
E.	V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

24. Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma (assinale a opção a seguir que contempla CORRETAMENTE a forma de organização da educação básica):

A.	Pré-escola; ensino fundamental; ensino médio.
B.	Educação integral; ensino fundamental; ensino médio.
C.	Pré-escola; ensino fundamental; ensino superior.
D.	Educação integral; ensino fundamental; ensino médio.
E.	Educação infantil; ensino médio; ensino superior.

25. Segundo a Lei nº 5.694, de 22 de dezembro de 2010, em seu Art. 3º A educação escolar no Município fundamenta-se nos seguintes princípios, EXCETO:	
A.	I - Igualdade de condições para o acesso, permanência e sucesso na escola.
B.	VI - Gestão democrática do ensino, na forma desta Lei.
C.	V - Gratuidade do ensino público e privado em instituições oficiais.
D.	III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
E.	XII - Valorização das culturas local e regional.

26. Segundo a Lei nº 5.694, de 22 de dezembro de 2010, em seu Art. 12 O Sistema Municipal de Ensino de Cascavel compreende, EXCETO:	
A.	As instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada.
B.	A Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Cascavel.
C.	As instituições educacionais que vierem a ser criadas e mantidas pelo Município, atendida a legislação específica.
D.	Conselho Municipal de Educação - CME/Cascavel.
E.	Conselho Municipal de Saúde - CMS/Cascavel.

27. Conforme a Deliberação nº 002/2011 do CME/Cascavel, que estabelece normas relativas à definição do calendário escolar para os estabelecimentos de ensino de educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais, do sistema municipal de ensino de Cascavel/PR, em seu Art. 5.º Compete à Secretaria Municipal de Educação, por seu setor competente:	
A.	I - Promover e participar de reuniões semanais com as escolas e instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino e com o Núcleo Regional de Educação, como órgão representante do Sistema Estadual de Ensino.
B.	III - Emitir instruções e orientações semanais.
C.	IV - Aprovar e homologar os calendários escolares com trinta dias de antecedência.
D.	V - Supervisionar o seu fiel cumprimento pelas instituições escolares.
E.	II - Discutir e apresentar as propostas e modelo(s) de calendário com base em outros municípios.

28. Conforme a Deliberação CME nº 003, de 17/09/2013, em seu Art. 8º O Ensino Fundamental - Anos Iniciais, deverá (assinale a alternativa CORRETA):	
A.	Contemplar quando possível as disciplinas da Base Nacional Comum.
B.	Organizar-se em anos/ciclo, com a denominação de 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano.
C.	Contemplar as disciplinas do CREP.
D.	Organizar-se em anos/ciclo, com a denominação de 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano, 5º ano e 6º ano.
E.	Trabalhar algumas condições socioculturais e educacionais, com vistas à melhoria da qualidade da formação escolar.

29. Conforme a Deliberação CME nº 003, de 17/09/2013, em seu Art. 23. A cessação gradativa ou simultânea das atividades escolares poderá ser de quatro formas. Qual das opções a seguir NÃO corresponde a uma das quatro formas de cessação gradativa ou simultânea das atividades escolares?	
A.	Temporária.
B.	Parcial.
C.	Definitiva.
D.	Total.
E.	Legal.

30. Conforme a Deliberação CME nº 004, de 16/10/2013, em seu Art. 6º A Educação Infantil será oferecida em (assinale a alternativa CORRETA):	
A.	Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 (três) anos de idade.
B.	Pré-escolas, para crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade.
C.	Escolas Municipais de Educação infantil.
D.	Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 2 (dois) anos de idade.
E.	Pré-escolas, para crianças de 3 (três) a 5 (cinco) anos de idade.

31. Conforme a Deliberação CME nº 004, de 16/10/2013, na Seção I, Da Matrícula; quando a matrícula é facultativa?	
A.	A matrícula na Educação Infantil – creche 1 (um) a 3 (três) anos de idade é facultativa.
B.	A matrícula na Educação Infantil – creche 1 (um) a 2 (dois) anos de idade é facultativa.
C.	A matrícula na Educação Infantil – creche 0 (zero) a 3 (três) anos de idade é facultativa.
D.	A matrícula na Educação Infantil – creche 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade é facultativa.
E.	A matrícula na Educação Infantil – creche 6 (seis) meses a 3 (três) anos de idade é facultativa.

32. Conforme a Deliberação CME nº 004, de 16/10/2013, em seu Art. 21. A organização dos grupos de crianças em sala de aula decorre das especificidades da Proposta Pedagógica, das condições do espaço físico, da capacidade de atendimento da mantenedora, e das normas administrativas da Secretaria Municipal de Educação ou do respectivo mantenedor, sendo considerada a relação média de (assinale a alternativa INCORRETA):	
A.	Berçário de 0 a 1 ano - 5 (cinco) crianças por profissional.
B.	Maternal I de 1 a 2 anos - 6 (seis) a 8 (oito) crianças por profissional.
C.	Maternal II de 2 a 3 anos - 10 (dez) a 12 (doze) crianças por profissional.
D.	Pré-escola I 3 anos - 12 (doze) a 20 (vinte) crianças por profissional.
E.	Pré-escola II 5 anos - 20 (vinte) crianças por profissional.

33. Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 2º, § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará (assinale a alternativa INCORRETA):	
A.	Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
B.	Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
C.	A limitação no desempenho de atividades.
D.	A restrição de participação.
E.	Uma entrevista com a família.

34. Para fins da aplicação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Art. 3º, parágrafo IV, barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em, EXCETO:	
A.	Barreiras urbanísticas.
B.	Barreiras pessoais.
C.	Barreiras nos transportes.
D.	Barreiras nas comunicações e na informação.
E.	Barreiras tecnológicas.

35. Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para (assinale a alternativa INCORRETA):	
A.	I - Vedado de casar-se e constituir união estável.
B.	II - Exercer direitos sexuais e reprodutivos.
C.	IV - Conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.
D.	V - Exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária.
E.	III - Exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.

36. Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de (assinale a alternativa INCORRETA):	
A.	I - Proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
B.	II - Atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
C.	VI - Recebimento de restituição de imposto de renda.
D.	V - Acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
E.	IV - Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque, quando possível.

37. Declaração que tem por objetivo comprovar ato ou registro de processo, livro ou documento existente em repartições públicas. Quando autenticado, o documento tem o mesmo valor do original. O texto fala sobre as características de qual documento oficial?	
A.	Ata.
B.	Atestado.
C.	Convocação.
D.	Certidão.
E.	Parecer.

38. Redação Oficial é todo ato normativo e toda comunicação do Poder Público. Deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Outros procedimentos rotineiros também fazem parte da redação de comunicações oficiais, como as formas de tratamento e de cortesia, certos clichês de redação, a estrutura dos expedientes etc. O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é _____, seguido do cargo respectivo. Qual das opções a seguir se refere ao vocativo a ser utilizado no espaço em branco?	
A.	Excelentíssimo(a) Senhor(a).
B.	Vossa Senhoria.
C.	Vossa Magnificência.
D.	Vossa Eminência.
E.	Sr. ou Sra.

39. O sincretismo religioso está muito presente nas religiões afro-brasileiras. Vale lembrar que os escravos eram obrigados a se converter ao catolicismo quando chegavam ao Brasil e proibidos de praticar as suas crenças. Assim, os afrodescendentes passaram a criar associações de santos católicos com os seus orixás para que pudessem pôr em prática as suas tradições religiosas secretamente. Qual das alternativas NÃO é uma religião afro-brasileira?	
A.	Encantaria.
B.	Babaçuê.
C.	Seicho-no-ie.
D.	Cabula.
E.	Batuque.

40. Qual é a normativa legal que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências?	
A.	Decreto nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
B.	Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
C.	Decreto nº 10.436, de 24 de outubro de 2002.
D.	Lei nº 10.146, de 6 de outubro de 2015.
E.	Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Ficha de respostas para conferência (PSS159/2022 - Cascavel - PR – 29/05/2022)
Acesse o Gabarito Provisório a partir das 15h:00 de 29/05/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					